

**I Concurso Público de Provas e Títulos
para Outorga de Delegação de
Registro do Estado de São Paulo**

DIREITO CIVIL

01. O usucapião extraordinário tem os seguintes requisitos:

- (A) posse com prazo de vinte anos, contínua, justa, pacífica, com ânimo de dono, justo título e boa fé.
- (B) posse com prazo de dez anos entre presentes e quinze entre ausentes, contínua, justa, pacífica, com ânimo de dono, justo título e boa fé.
- (C) posse com prazo de vinte anos, contínua, justa, pacífica, com ânimo de dono, independentemente de justo título e boa fé.
- (D) posse com prazo de vinte anos, contínua, justa, pacífica, com ânimo de dono, para moradia própria ou da família.

02. Não é direito do consumidor

- (A) ser sempre protegido contra práticas comerciais desleais e contra publicidade enganosa.
- (B) ser sempre informado, de maneira clara e com completa especificação de quantidade, qualidade e preço, sobre diferentes produtos e serviços.
- (C) ver sempre alcançado o patrimônio do sócio, para reparação de danos causados pelo descumprimento de obrigação contratual da pessoa jurídica.
- (D) ter acesso ao órgão judiciário para prevenção de danos puramente morais.

03. Assinale a alternativa correta sobre o contrato de doação.

- (A) Cabe revogação da doação por ato de vontade unilateral do doador, sem intervenção judicial.
- (B) A doação universal é nula.
- (C) A doação dos pais aos filhos importa em adiantamento da legítima, desde que tal cláusula tenha sido expressamente estipulada no contrato.
- (D) A doação opera, por si só, a transferência do domínio do bem doado, independentemente da tradição ou do registro.

04. A faz doação de um imóvel a B, estabelecendo que o contrato somente produzirá efeitos quando B tiver filhos. A modalidade de ato jurídico a identificar é

- (A) encargo.
- (B) termo inicial.
- (C) condição suspensiva.

(D) condição resolutiva.

05. É nulo o ato jurídico

- I. quando praticado por pessoa relativamente incapaz;
- II. quando for ilícito seu objeto;
- III. quando não revestir a forma prescrita em lei;
- IV. por vício resultante de simulação.

São verdadeiras apenas as afirmações

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) I e II.

06. A lei posterior revoga a anterior quando

- I. com ela for incompatível;
- II. regule inteiramente a matéria tratada na lei anterior;
- III. a anterior for declarada inconstitucional;
- IV. a posterior for declarada constitucional.

São incorretas as afirmações

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) III e IV.

07. Assinale a alternativa correta sobre o direito de usufruto.

- (A) O direito de usufruto sobre imóveis sempre dependerá de registro, ainda quando resultar de direito de família.
- (B) O usufruto constituído a favor de pessoa jurídica extingue-se com esta, ou, se ela perdurar, aos cem anos do início do exercício.
- (C) Constituído o usufruto em favor de cônjuges, o falecimento de um deles acarretará, automaticamente, o direito de acrescer do sobrevivente.
- (D) O exercício do usufruto não pode ser cedido a terceiros, por título gratuito ou oneroso.

08. Leia as afirmações sobre união estável.

- I. Na falta de descendentes e de ascendentes do falecido, o companheiro sobrevivente terá direito à totalidade da herança.
- II. Os bens móveis e imóveis adquiridos a título oneroso e com esforço exclusivo de um dos conviventes, na constância de união estável sem contrato escrito, não se comunicam ao outro convivente.
- III. O companheiro sobrevivente, enquanto não constituir nova união, terá direito ao usufruto de bens do falecido, se este deixar filhos ou ascendentes.
- IV. A administração do patrimônio comum dos conviventes compete a ambos, salvo estipulação contrária em contrato escrito.

Pode-se dizer que são corretas as afirmações

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II e IV, somente.

09. Considere as afirmações sobre as formas de reconhecimento voluntário de filhos.

- I. No próprio termo de nascimento.
- II. Por escritura pública ou outro documento público.
- III. Por testamento, ainda que incidentalmente manifestado.
- IV. Por instrumento particular, a ser arquivado em cartório.
- V. Por manifestação direta e expressa perante o juiz, ainda que não constitua objeto único e principal do ato que o contém.

Pode-se dizer que estão corretas

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e V, apenas.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, II, III e IV, apenas.

10. Assinale a alternativa incorreta sobre regime de bens do casamento.

- (A) Escolhido o regime de bens e realizado o casamento, não mais pode ser ele alterado, ainda que haja consenso entre cônjuges.
- (B) É obrigatório o regime da separação de bens de todos os que dependerem, para casar, de autorização judicial.
- (C) Para produzir efeitos contra terceiros, deve o pacto antenupcial ser registrado na circunscrição imobiliária do primeiro domicílio dos cônjuges.
- (D) O pacto antenupcial é negócio jurídico solene e está sujeito à caducidade, caso o matrimônio não se realize no prazo máximo de sessenta dias.

11. Assinale a alternativa incorreta sobre a novação.

- (A) A alteração da taxa de juros e a cambial emitida em reforço da obrigação original significam novação.
- (B) As garantias reais e fiança prestadas por terceiros somente se mantêm se eles anuírem à nova obrigação.
- (C) Se o novo devedor for insolvente, não há ação regressiva contra o devedor originário.
- (D) Caso seja nula a nova obrigação, sobrevive a obrigação original.

12. Assinale a alternativa incorreta sobre a mora.

- (A) Nas obrigações a termo, líquidas e positivas, a mora decorre do simples vencimento, independentemente de qualquer aviso ou interpelação. É a chamada mora "ex re", com aplicação da regra "dies interpellat pro homine".
- (B) Nas obrigações sem prazo assinado, há necessidade de o credor constituir o devedor em mora, por interpelação ou protesto ou notificação. É a chamada mora "ex persona".
- (C) A mora do devedor perpetua a obrigação, que passa a responder pela impossibilidade da prestação, salvo se demonstrar que a perda ou deterioração da coisa decorreu de caso fortuito ou força maior.
- (D) A mora do devedor pressupõe inexecução culposa. Sem culpa do devedor não há mora, mas mero retardamento.

13. Fornecedor, nos termos do Código de Defesa do Consumidor,

- (A) pode ser a pessoa jurídica nacional, privada ou pública, mas não a pessoa jurídica estrangeira.
- (B) pode ser apenas a pessoa jurídica, quando estrangeira.
- (C) pode ser tanto a pessoa física quanto a jurídica, privada ou pública, mas nacional.
- (D) pode ser um ente despersonalizado.

14. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) No Direito brasileiro, embora existam exceções, em regra é proibido o contrato que tem por objeto a herança de pessoa viva.
- (B) A exceção de contrato não cumprido aplica-se a todos os contratos.
- (C) Admite-se, quando a lei não exigir que seja expressa, a manifestação tácita de vontade em matéria contratual.
- (D) Os contratos benéficos merecem interpretação estrita.

15. Considere as afirmações sobre o contrato de mandato.

- I. É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste.
 - II. Havendo mais de um mandatário, nomeados no mesmo instrumento, presume-se sejam solidários, no silêncio do contrato.
 - III. A procuração em causa própria dispensa o mandatário da prestação de contas, sobrevive à morte do mandante e se contiver os requisitos e formalidades do negócio visado, vale por ele.
 - IV. No caso de morte do mandante, são válidos os atos praticados pelo mandatário enquanto este ignorar o fato, em relação aos contraentes de boa fé.
- Pode-se dizer que são corretas somente as afirmações
- (A) I e II.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) III e IV.

16. Assinale a alternativa incorreta a respeito da interferência da responsabilidade penal sobre a responsabilidade civil.

- (A) A sentença absolutória na esfera penal, por insuficiência de provas da culpa do agente, impede o ajuizamento de ação indenizatória na esfera civil, pelo mesmo fato.
- (B) A sentença condenatória proferida na esfera criminal é título executivo na esfera civil, admitindo, porém, discussão sobre eventual culpa concorrente da vítima, para efeito de minorar a indenização.
- (C) A sentença condenatória proferida na esfera criminal é título executivo na esfera civil, não mais se admitindo nova discussão sobre a existência do fato, sua autoria ou culpa do agente.
- (D) A sentença absolutória na esfera penal, por atipicidade da conduta do agente, não impede o ajuizamento de ação indenizatória na esfera civil, pelo mesmo fato.

17. O testamento conjuntivo simultâneo, vedado pelo Código Civil, é aquele em que

- (A) os testadores, em atos distintos, mas contemporâneos, dispõem beneficiando um ao outro.
- (B) os testadores, num só ato, dispõem beneficiando um ao outro.
- (C) os testadores, num só ato, dispõem conjuntamente em favor de terceiro.
- (D) os testadores, num só ato, efetuam disposições em retribuição de outras correspondentes.

18. O direito de representação, em matéria sucessória,

- (A) dá-se na linha descendente, nunca na ascendente, e pode se dar na linha transversal.
- (B) não se dá nunca na linha transversal, mas só na descendente e ascendente.
- (C) só se dá na linha reta ascendente, e não na descendente.
- (D) só se dá na linha transversal, nunca na descendente e ascendente.

19. São direitos reais de garantia:

- (A) enfiteuse, penhor e hipoteca.
- (B) habitação, anticrese e hipoteca.
- (C) servidão, hipoteca e penhor.
- (D) penhor, anticrese e hipoteca.

20. No sistema do Código Civil, em matéria de direitos reais de garantia, o chamado pacto comissório

- (A) encontra vedação expressa em lei, sendo nula a cláusula que o institui.
- (B) admite-se somente na hipoteca.
- (C) é perfeitamente lícito.
- (D) é proibido, mas a disposição contratual neste sentido mostra-se apenas anulável.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. A citação pelo correio, para qualquer comarca do País, pode ser feita

- (A) nas ações de estado.
- (B) quando o autor requerer de outra forma.
- (C) quando for ré uma autarquia.
- (D) quando for ré pessoa jurídica de direito privado.

22. Assinale a alternativa correta.

- (A) Dá-se a conexão entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- (B) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes forem comuns o objeto e o interesse de agir.
- (C) Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- (D) Dá-se continência entre duas ou mais ações quando lhes forem comuns o objeto e a causa de pedir.

23. Considere as seguintes assertivas.

I. São títulos executivos extrajudiciais: a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, o cheque e o crédito decorrente de aluguel comprovado por contrato escrito.

II. Nas decisões interlocutórias caberá agravo retido nos autos no prazo de 5 dias, ou por instrumento, no prazo de 10 dias.

III. Cabem embargos declaratórios quando houver na sentença ou acórdão: obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

IV. Cabem embargos infringentes quando não for unânime o julgado proferido em apelação e em agravo de instrumento.

Pode-se afirmar que somente

- (A) I é verdadeira.
- (B) I e II são verdadeiras.
- (C) I e IV são verdadeiras.
- (D) IV é verdadeira.

24. Considera-se medida cautelar
(A) a substituição de título ao portador.
(B) a restauração de autos.
(C) a consignação em pagamento.
(D) o seqüestro de bens móveis.

25. Observar-se-á o procedimento sumário, exceto
(A) nas causas de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.
(B) nas causas cujo valor não exceder 40 (quarenta) vezes o maior salário mínimo vigente no país.
(C) nas causas de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvando o disposto em legislação especial.
(D) nas causas de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

26. Constitui nota característica do procedimento referente aos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos:
(A) a existência de um contraditório antes da decisão sobre o recebimento da denúncia ou queixa, com a apresentação da chamada defesa preliminar.
(B) possibilidade de o juiz substituir o interrogatório do réu por apresentação de defesa escrita.
(C) a concentração de todos os atos instrutórios em uma única audiência.
(D) desnecessidade de fundamentação da decisão de rejeição da denúncia.

27. Presenciando a prática de um crime de ação penal pública incondicionada, no interior da unidade em que exerce sua atividade, o notário
(A) tem o dever de prender em flagrante o agente, dada a sua condição de servidor público.
(B) não poderá efetuar a prisão em flagrante, devendo comunicar o fato imediatamente à autoridade policial.
(C) é obrigado a efetuar a prisão em flagrante, em razão do local em que o delito foi cometido.
(D) pode prender o agente em flagrante.

28. No crime de peculato, praticado em concurso de pessoas, a qualidade de funcionário público
(A) constitui elementar, razão por que se comunica a co-autores e partícipes, ainda que estes não sejam funcionários públicos.
(B) tem natureza de circunstância objetiva, comunicando-se aos co-autores e partícipes estranhos ao quadro funcional.
(C) é circunstância de caráter pessoal, não se comunicando aos co-autores e partícipes estranhos ao quadro funcional.
(D) é elementar, mas comunica-se somente aos co-autores, não alcançando os partícipes.

29. O agente que pratica fato descrito em norma penal, mas age em legítima defesa,
(A) comete crime, mas está isento de pena.

- (B) comete crime, todavia a punibilidade será declarada extinta.
- (C) não comete crime, uma vez que se trata de uma dirimente.
- (D) não comete crime, já que se trata de uma causa excludente de antijuridicidade.

30. Em matéria de prescrição da pretensão punitiva relativa ao crime de falsificação ou alteração de assentamento do registro civil, o termo inicial do prazo de prescrição é

- (A) o dia em que o crime se consumou.
- (B) a data em que o fato se tornou conhecido da autoridade pública.
- (C) o dia em que foi iniciada a execução do delito.
- (D) a data do oferecimento da denúncia por parte do Ministério Público.

31. O funcionário público que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, comete o crime de

- (A) condescendência criminosa.
- (B) prevaricação.
- (C) concussão.
- (D) corrupção passiva.

32. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) No crime de falsidade ideológica, o vício incide sobre a idéia expressa no documento.
- (B) A falsidade documental grosseira, inidônea a iludir é passível de punição, dada a relevância do bem jurídico tutelado.
- (C) Não é punível o falso que diga respeito a fato juridicamente irrelevante.
- (D) Na falsidade documental, a nota promissória é considerada documento público.

33. O conceito de funcionário público, para fins penais,

- (A) é idêntico ao do direito administrativo.
- (B) alcança somente aqueles que exerçam, mediante remuneração, cargo, emprego ou função pública.
- (C) abarca aqueles que exerçam, com ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública.
- (D) é variável de acordo com cada tipo penal.

34. A unidade de ação com pluralidade de crimes denota

- (A) concurso material.
- (B) crime habitual.
- (C) crime continuado.
- (D) concurso formal.

35. Não admitem a tentativa

- (A) os crimes materiais.
- (B) os crimes culposos.
- (C) os crimes formais.
- (D) os crimes em que se exige o dolo específico.

DIREITO TRIBUTÁRIO

36. O prazo de validade da Certidão Negativa de Débitos do INSS, exigida na alienação de bem imóvel, é de
- (A) sessenta dias.
 - (B) três meses.
 - (C) seis meses.
 - (D) trinta dias.
37. Assinale a alternativa que arrola as espécies de tributos no sistema tributário nacional.
- (A) Taxas, preço público e empréstimo compulsório.
 - (B) Taxas, tarifas e contribuição de melhoria.
 - (C) Taxas, contribuição de melhoria e impostos.
 - (D) Impostos, preço público e taxas.
38. É de competência dos Estados o imposto sobre
- (A) serviços de qualquer natureza.
 - (B) produtos industrializados.
 - (C) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso.
 - (D) transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens e direitos.
39. É de competência dos Municípios o imposto sobre
- (A) propriedade de veículos automotores.
 - (B) propriedade predial e territorial urbana.
 - (C) operações relativas à circulação de mercadorias e serviços.
 - (D) propriedade territorial rural.
40. O ato pelo qual a autoridade administrativa, autorizada por lei e seguindo critérios estabelecidos no CTN, perdoa, total ou parcialmente, um débito tributário, denomina-se
- (A) isenção.
 - (B) imunidade.
 - (C) remissão.
 - (D) anistia.

DIREITO COMERCIAL

41. Um comerciante em concordata preventiva emite um cheque, que é devolvido por insuficiência de fundos. Nestas circunstâncias, o credor poderá
- (A) habilitar o título na concordata.
 - (B) executar o título ou requerer a falência.
 - (C) nada fazer, até o encerramento da concordata.
 - (D) nenhuma das alternativas é correta.
42. O prazo de prescrição para a execução de um cheque é de
- (A) dois anos.
 - (B) um ano.

- (C) seis meses.
- (D) três anos.

43. A responsabilidade dos sócios, nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, é, em regra,

- (A) limitada ao importe das dívidas anteriormente constituídas.
- (B) ilimitada.
- (C) limitada ao importe do capital social não integralizado.
- (D) limitada ao importe total do capital social.

44. O arrendamento mercantil diferencia-se da compra e venda com reserva de domínio porque

- (A) o arrendatário tem a posse direta e indireta do bem, enquanto o comprador tem a posse direta, indireta e a propriedade do bem, sujeita a condição resolutiva, consistente no inadimplemento das prestações de pagamento do preço.
- (B) o arrendatário paga contraprestações com natureza de aluguel, havendo valor residual para aquisição da propriedade, enquanto o comprador, sob condição suspensiva, paga prestações de amortização do preço.
- (C) o arrendatário adquire a propriedade ao término do pagamento das contraprestações, que amortizam o preço, enquanto o comprador a adquire no ato da compra, sob condição resolutiva, consistente no inadimplemento das prestações de pagamento do preço.
- (D) o arrendatário paga contraprestações de amortização do preço da coisa, enquanto o comprador paga prestações pelo uso da coisa durante a pendência de condição resolutiva.

45. São proibidos de comerciar:

- (A) o concordatário, o menor impúbere e o funcionário público.
- (B) o falido, a mulher casada, não autorizada pelo marido, e o militar.
- (C) o funcionário público, o falido não reabilitado e o leiloeiro.
- (D) o militar, o concordatário e o funcionário público.

46. Na alienação fiduciária, o devedor fiduciário

- (A) aliena bem ao credor, mantendo a posse direta, transferindo a indireta e o domínio resolúvel.
- (B) aliena bem ao credor, mantendo a posse indireta, transferindo a direta e o domínio resolúvel.
- (C) adquire bem do credor, mantendo a posse direta, transferindo a indireta e o domínio resolúvel.
- (D) adquire bem do credor, mantendo a posse indireta, transferindo a direta e o domínio resolúvel.

47. A obrigação do avalista, em título de crédito,

- (A) depende do destino da obrigação do avalizado.
- (B) não está sujeita a prescrição.
- (C) é inexigível, se inexigível a obrigação principal.
- (D) persiste, mesmo que nula a obrigação avalizada, por qualquer razão que não seja um vício de forma.

48. O estabelecimento comercial é
(A) considerado um bem móvel, composto pelos bens corpóreos de que se vale o empresário para exercício de sua atividade.
(B) considerado um bem imóvel, consistente na base física em que se instala o empresário, instrumento para exercício de sua atividade.
(C) considerado um bem móvel, composto de bens corpóreos e incorpóreos, que o empresário une para exercício de sua atividade.
(D) considerado um bem imóvel, composto por bens corpóreos móveis e imóveis, necessário ao exercício da atividade empresarial.

49. O protesto de um título de crédito, no Direito brasileiro,
(A) serve a conservar direito regressivo e a provar apresentação do título.
(B) serve apenas a conservar direito regressivo.
(C) serve a conservar direito regressivo ou a provar a existência da obrigação subjacente ao título.
(D) serve a provar a existência da obrigação regressiva e o não pagamento do título.

50. Para a constituição de uma sociedade anônima são necessários, pelo menos,
(A) sete sócios.
(B) dois sócios.
(C) quatro sócios.
(D) cinco sócios.

REGISTROS PÚBLICOS

51. O atendimento ao público, nos serviços extrajudiciais, deve ser eficiente e adequado,
(A) a qualquer horário, desde que por oito horas diárias, no mínimo, nos dias úteis.
(B) todos os dias, em horários fixados pelo Delegado, com autorização do juízo competente, atendidas as peculiaridades locais.
(C) em dias e horários fixados pelo juízo competente, por seis horas diárias, no mínimo.
(D) nos horários estabelecidos pelo juízo competente, por oito horas diárias, no mínimo, todos os dias.

52. Os substitutos do Notário ou Oficial de Registro são escolhidos entre os
(A) escreventes, autorizados a praticar todos os atos extrajudiciais, simultaneamente com o Delegado, exceto lavrar testamentos.
(B) auxiliares, autorizados a praticar todos os atos extrajudiciais, na ausência do Delegado, exceto lavrar testamentos.
(C) escreventes e auxiliares, autorizados a praticar todos os atos extrajudiciais, simultaneamente com o Delegado, exceto lavrar testamentos.
(D) escreventes e auxiliares, autorizados a praticar todos os atos extrajudiciais, na ausência do Delegado.

53. Os escreventes são prepostos contratados pelo Delegado do serviço extrajudicial, pelo regime
(A) estatutário, que não podem praticar ato algum notarial ou de registro.
(B) trabalhista, que podem praticar os atos autorizados pelo Notário ou Oficial de

Registro.

(C) estatutário, que podem praticar os atos autorizados pelo Notário ou Oficial de Registro.

(D) trabalhista, que podem praticar qualquer ato notarial ou de registro.

54. Os serviços extrajudiciais são

(A) particulares, exercidos em caráter público, por funcionários públicos comissionados.

(B) públicos, exercidos em caráter público, por delegação.

(C) particulares, exercidos em caráter privado, por delegação.

(D) públicos, exercidos em caráter privado, por delegação.

55. Em cada serviço de registro haverá, de acordo com a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994,

(A) tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários.

(B) um substituto, dez escreventes e quantos auxiliares forem necessários.

(C) um substituto, cinco escreventes e quantos auxiliares forem necessários.

(D) dois substitutos e quantos escreventes e auxiliares forem necessários.

56. A função correcional dos serviços extrajudiciais é exercida

(A) pela Corregedoria Geral do Estado-Membro.

(B) pelo Ministério Público Federal.

(C) pela Corregedoria da Justiça Federal.

(D) pelas Corregedoria Geral e Permanente do Judiciário do Estado-Membro.

57. São livros que obrigatoriamente o Delegado do serviço extrajudicial deve manter:

(A) Registro Semestral de Receitas e Despesas; Normas de Serviço da Corregedoria Permanente; Ponto do Delegado.

(B) Normas de Serviço do Conselho Superior da Magistratura; Registro Diário de Receitas; Ponto dos Servidores.

(C) Normas de Serviço da Corregedoria Geral; Registro Diário de Receitas e Despesas; Visitas e Correições.

(D) Registro Anual de Receitas e Despesas; Ponto do Corregedor Permanente; Visitas e Correições.

58. O ingresso na atividade notarial e de registro, de acordo com a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, depende do preenchimento de vários requisitos. Assinale a alternativa que se refere ao requisito não exigido.

(A) Capacidade civil.

(B) Verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

(C) Estado civil.

(D) Nacionalidade brasileira.

59. São classificadores obrigatórios dos serviços extrajudiciais aqueles destinados ao arquivamento de

(A) Atos Normativos da Corregedoria Geral da Justiça; Guias de Custas; Guias de Recolhimento de Imposto de Renda na Fonte.

(B) Atos Normativos da Corregedoria Geral; Guias de Custas; Impressos de Requisição de Material.

- (C) Atos Normativos da Corregedoria Permanente; Informativo Tributário relativo ao Serviço; Comunicados do Conselho Superior da Magistratura.
- (D) Atos Normativos do Conselho Superior da Magistratura; Impressos de Requisição de Material; Recibos de Pagamentos de Despesas.

60. Ser o Delegado dotado de fé pública significa que
- (A) os atos por ele ou perante ele praticados gozam de presunção relativa de autenticidade.
- (B) ele pode praticar todo e qualquer ato de sua atribuição.
- (C) os atos por ele ou perante ele praticados gozam de presunção absoluta de veracidade.
- (D) ele pode delegar a prática de ato, sob sua responsabilidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61. Assinale a alternativa que contém afirmação falsa quanto ao processo legislativo.
- (A) As emendas à Constituição são aprovadas se obtiverem três quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, e não estão sujeitas a sanção ou veto pelo Presidente da República.
- (B) As medidas provisórias são editadas pelo Presidente da República, com força de lei, mas devem ser submetidas ao Congresso Nacional, perdendo eficácia se não forem convertidas em lei.
- (C) As leis delegadas são elaboradas pelo Presidente da República e nem sempre necessitam de aprovação posterior pelo Congresso.
- (D) As leis complementares e as ordinárias são aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional e estão sujeitas a sanção ou veto pelo Presidente da República.

62. Supondo-se que tivessem sido validamente editadas e estivessem em vigor até o advento da atual Constituição, das regras legais abaixo, a que teria sido por ela recepcionada seria
- (A) a que facultasse aos pais o direito de livremente deserdar seus filhos maiores, sem necessidade de motivar tal decisão.
- (B) a que declarasse ser indissolúvel a sociedade conjugal.
- (C) a que dispusesse sobre custas ou emolumentos devidos pela celebração de casamento.
- (D) a que limitasse o quinhão dos filhos ilegítimos a um percentual do que é assegurado aos filhos legítimos.

63. Não é vedado aos membros do Congresso Nacional
- (A) exercer a advocacia.
- (B) exercer emprego remunerado em sociedade de economia mista.
- (C) firmar contrato que não obedeça a cláusulas uniformes com empresa concessionária de serviço público.
- (D) ser proprietário de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.

64. A suspensão de execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em recurso extraordinário, cabe

- (A) ao próprio Supremo Tribunal Federal.
- (B) ao Presidente da República.
- (C) à Câmara dos Deputados.
- (D) ao Senado Federal.

65. Constitui exemplo de exercício do Poder Constituinte Decorrente

- (A) a Constituição da Alemanha, promulgada em Weimar em 1.922.
- (B) a Constituição do Estado de São Paulo, de 1.989.
- (C) a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, à Constituição da República Federativa do Brasil, de 1.988.
- (D) a Constituição dos Estados Unidos da América, de 1.787.

66. Das afirmativas abaixo, assinale a verdadeira.

- (A) Já existe no Direito brasileiro o efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, no caso de decisão definitiva de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal em ação declaratória de constitucionalidade de lei.
- (B) As pessoas e entidades legitimadas a propor ação declaratória de constitucionalidade são todas aquelas que têm legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) Incumbe ao Procurador-Geral da República fazer a defesa do texto impugnado, no caso de ação direta declaratória de inconstitucionalidade de lei.
- (D) As ações diretas declaratórias de inconstitucionalidade são de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.

67. Na repartição de competências, estabelecida pela Constituição,

- (A) são da União, por residualidade, aquelas que não tenham sido discriminadamente atribuídas aos Estados ou aos Municípios.
- (B) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- (C) compete privativamente à União legislar sobre previdência social.
- (D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre desapropriação.

68. Ante as exceções estabelecidas pela Constituição para o princípio da inviolabilidade de domicílio, reconhece-se como legítimo o ingresso em casa alheia, sem o consentimento do morador,

- (A) durante o dia, por determinação da autoridade policial, no curso de inquérito.
- (B) a qualquer hora, por qualquer do povo, em caso de flagrante delito.
- (C) durante o dia, por determinação da autoridade fazendária, para investigar sonegação de renda.
- (D) a qualquer hora, por determinação judicial, no curso de instrução criminal.

69. Não se incluem entre os bens da União

- (A) os sítios arqueológicos.
- (B) as terras tradicionalmente ocupadas por índios.
- (C) as ilhas fluviais que se encontrem em zona limítrofe entre dois Estados.
- (D) os rios que banhem mais de um Estado.

70. Assinale a alternativa em que ambos os princípios arrolados embasam a ordem econômica estabelecida pela atual Constituição.

- (A) Soberania nacional e busca da igualdade real entre os cidadãos.
- (B) Busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país.
- (C) Planejamento estatal da atividade econômica, como determinante para o setor privado e defesa do meio ambiente.
- (D) Propriedade coletiva dos meios de produção e defesa do consumidor.

DIREITO ADMINISTRATIVO

71. Ao delegar a prestação de serviço público, os poderes que o Estado, necessariamente, reserva para si, são:

- I. Regulamentação.
- II. Fiscalização.
- III. Intervenção.
- IV. Seleção de pessoal.

Assinale a alternativa correta.

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas I, II e III.

72. Considere os seguintes atributos:

- I. irrevogabilidade;
 - II. presunção de legitimidade;
 - III. presunção de veracidade.
- Pode-se dizer que são inerentes aos atos administrativos:

- (A) apenas II e III.
- (B) apenas I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) apenas I e III.

73. Analise as afirmativas abaixo.

- I. É princípio de Direito Administrativo o da supremacia do interesse público sobre o particular.
 - II. Em nome do princípio da autonomia da vontade, deve-se admitir que, nas relações entre particulares, podem eles fazer tudo o que não for proibido por lei.
 - III. Em consequência, também à Administração Pública se deve reconhecer o direito de fazer tudo aquilo que não for proibido por lei.
- Dessas afirmativas, são admitidas pelo Direito brasileiro

- (A) I, II e III.
- (B) apenas II e III.
- (C) apenas I e III.
- (D) apenas I e II.

74. São penas disciplinares aplicáveis ao Delegado do serviço extrajudicial:

- (A) advertência, disponibilidade e perda da delegação.
- (B) repreensão, suspensão e perda da delegação.
- (C) advertência, suspensão e demissão.
- (D) advertência, multa e suspensão.

75. A forma de intervenção do Estado na propriedade privada, que gera, automaticamente, por força de lei, limitação ao direito de construir nos imóveis que se situem na vizinhança, é

- (A) requisição administrativa.
- (B) edificação compulsória.
- (C) servidão administrativa.
- (D) tombamento.

76. O ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta a quem preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade ou a realização de fatos materiais é a

- (A) autorização.
- (B) concessão.
- (C) permissão.
- (D) licença.

77. A extinção de concessão de serviço público, declarada por ato unilateral do poder concedente, em razão do descumprimento, pela concessionária, de cláusulas contratuais ou de disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão é, segundo terminologia adotada por lei, caso de

- (A) encampação.
- (B) anulação.
- (C) rescisão.
- (D) caducidade.

78. Adotada a terminologia do Código Civil, que classifica os bens públicos em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais, assinale a alternativa que contém afirmação falsa.

- (A) Os bens de uso comum do povo, também chamados bens de domínio público do Estado, são indisponíveis e não são sujeitos a usucapião.
- (B) Os bens de uso especial integram o patrimônio do Estado, são indisponíveis e não são sujeitos a usucapião.
- (C) Os bens dominicais são disponíveis e sujeitos a usucapião.
- (D) Os bens de uso especial convertem-se em bens dominicais se ocorrer desafetação.

79. A investidura de servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, tem o nome de

- (A) readaptação.
- (B) transferência.
- (C) recondução.
- (D) reversão.

80. Em matéria de responsabilidade do Estado, é falso dizer que
- (A) também há responsabilidade objetiva do Estado no caso de dano causado por fenômeno da natureza.
 - (B) o agente que cause o dano somente responde regressivamente se tiver agido com dolo ou culpa.
 - (C) não só as pessoas jurídicas de direito público, mas também as de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiro.
 - (D) no caso de dano causado por ato de multidão, o Estado responderá não por responsabilidade objetiva, mas sim se for provada a culpa da administração.

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

81. A OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), tem sede em
- (A) Paris.
 - (B) Bruxelas.
 - (C) Genebra.
 - (D) Nova Iorque.

82. A data 09 de julho de 1932 marcou
- (A) a eleição do Presidente Rodrigues Alves.
 - (B) o início da Coluna Prestes.
 - (C) a deposição do Presidente Washington Luís.
 - (D) nenhuma das alternativas anteriores.

83. O Rei Hassan, falecido em julho de 1999, era monarca do país
- (A) Marrocos.
 - (B) Argélia.
 - (C) Jordânia.
 - (D) Arábia Saudita.

84. "Central do Brasil", filme nacional recentemente indicado para o Oscar, foi dirigido por
- (A) Arnaldo Jabor.
 - (B) Walter Salles.
 - (C) Fábio Barreto.
 - (D) Cacá Diegues.

85. Tristão de Athayde foi o pseudônimo literário adotado por
- (A) Alceu Amoroso Lima.
 - (B) Érico Veríssimo.
 - (C) Camilo Castelo Branco.
 - (D) Fernando Pessoa.

86. Assinale a alternativa correta em que há relação entre o autor e a obra literária.
- (A) Érico Veríssimo - O Ateneu.
 - (B) Mário de Andrade - Memórias do Cárcere.
 - (C) Jorge Amado - Macunaíma.
 - (D) Machado de Assis - Helena.

87. Assinale a alternativa em que ambas as frases estão gramaticalmente corretas.
- (A) 1- João foi a Itália, mas não à Roma dos Césares.
2- Estudou muito e, por isso, foi aprovado no concurso.
 - (B) 1- Durante a audiência, o advogado não entrevistou uma só vez.
2- Se vocês virem Luiz, avisem-me, por favor.
 - (C) 1- No clube havia lugares para todos os sócios.
2- O governo visa ao bem-estar social do povo.
 - (D) 1- Vou à escola no período da manhã.
2- O caso adequa-se ao estabelecido na lei.

88. Assinale a alternativa correta para a colocação dos verbos nos espaços vazios da frase seguinte.

Se você _____ João, diga-lhe que Paulo _____ na ação por ele proposta, tão-somente por lhe _____.

- (A) ver - reconveio - aprover
- (B) vir - reconveio - aprazer
- (C) ver - reconviu - aprover
- (D) vir - reconviu - aprazer

89. Assinale a frase correta.

- (A) Haviam dez alunos na classe e uma multidão aguardavam no pátio.
- (B) Vão fazer dois anos que não vejo Maria e daqui há alguns meses, farei uma viagem para vê-la.
- (C) O público teria possibilidade de ver notáveis peças teatrais, se houvesse mais casas de espetáculos.
- (D) Não devem haver rasuras na escritura pública, e esse é o porquê de tanto cuidado.

90. Assinale a alternativa correta para a colocação das palavras nos espaços vazios. O frio chegou repentinamente _____ território. Daqui _____ poucos meses, ninguém mais se lembrará das árvores frondosas, que _____ tanto tempo ornavam a paisagem.

- (A) àquele - a - há
- (B) àquele - à - a
- (C) aquele - a - há
- (D) aquele - há - a

Gabarito da Prova de Seleção

1 - C; 2 - C; 3 - B; 4 - C; 5 - B; 6 - D; 7 - B; 8 - A; 9 - C; 10 - D;
11 - A; 12 - C; 13 - D; 14 - B; 15 - B; 16 - A; 17 - C; 18 - A; 19 - D; 20 - A;
21 - D; 22 - C; 23 - A; 24 - D; 25 - B; 26 - A; 27 - D; 28 - A; 29 - D; 30 - B;
31 - C; 32 - B; 33 - C; 34 - D; 35 - B; 36 - A; 37 - C; 38 - D; 39 - B; 40 - C;
41 - B; 42 - C; 43 - C; 44 - B; 45 - C; 46 - A; 47 - D; 48 - C; 49 - A; 50 - B;
51 - C; 52 - A; 53 - B; 54 - D; 55 - A; 56 - D; 57 - C; 58 - C; 59 - A; 60 - A;
61 - D; 62 - A; 63 - A; 64 - D; 65 - B; 66 - A; 67 - B; 68 - B; 69 - C; 70 - B;
71 - D; 72 - A; 73 - D; 74 - B; 75 - D; 76 - D; 77 - D; 78 - C; 79 - A; 80 - A;
81 - B; 82 - D; 83 - A; 84 - B; 85 - A; 86 - D; 87 - C; 88 - B; 89 - C; 90 - A